

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**KEILA CAMILA DE OLIVEIRA CAMARGO**

**A RECONSTRUÇÃO POLÍTICA, SOCIAL, CULTURAL E  
EDUCACIONAL DOS PAÍSES DEVASTADOS POR  
MOVIMENTOS BÉLICOS: O CASO ANGOLA**

**CAMPINAS**

**2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**KEILA CAMILA DE OLIVEIRA CAMARGO**

**A RECONSTRUÇÃO POLÍTICA, SOCIAL, CULTURAL E  
EDUCACIONAL DOS PAÍSES DEVASTADOS POR  
MOVIMENTOS BÉLICOS: O CASO ANGOLA**

Trabalho de Conclusão de curso  
como exigência para conclusão  
do curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de  
Campinas sob orientação do  
Profº César Aparecido Nunes.

**CAMPINAS**

**2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

C14r

Camargo, Keila Camila de Oliveira, 1982-

A reconstrução política, social, cultural e educacional dos países devastados por movimento bélicos: o caso de Angola / Keila Camila de Oliveira Camargo. – Campinas, SP: [s.n.], 2013.

Orientador: César Aparecido Nunes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação.

1. Angola – História. 2. Reconstrução pós-guerra –  
Angola. 3. Educação. 4. Guerra civil - Angola. I. Nunes,  
César Aparecido, 1959- II. Universidade Estadual de  
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

13-112-BFE

---

**Drº César Ap. Nunes**

(orientador)

---

(segundo leitor)

## **Dedicatória**

Meus pais: Noemias Camargo e Marta.

Aos irmãos e primos irmãos,

Kelly, Misso, Guilherme, Miguel,

Jr, Simone e Gigi,

Lipe e Kaká,

Flávia, Helen e Juninho.

e aos amigos

que acreditaram e se fizeram participantes.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, seu amor, a fé e esperança em mim depositadas para sempre acreditar, amar e lutar pelo impossível.

A minha família, que é a razão da minha existência e que sempre se fez participante, presente.

Aos meus grandes amigos, incentivadores e que me foram base, incentivo e apoio, Daniela Batista, Eder Lima, Éder Deomedesse, Sandra, Fabrícia e o William que há de trilhar também o seu caminho.

A Unicamp, os meus amados e admirados docentes, especialmente o Doutor César Nunes, a quem admiro e tenho como meu exemplo. Todos os membros da faculdade de Educação, funcionários, e também a Lú sempre atenciosa e prestativa.

Agradeço a todos os educadores que lutam para construção de uma nação que supere as desigualdades.

Meus sinceros agradecimentos, somente Deus e a vida podem lhes recompensar.

## **RESUMO**

Este trabalho pretende fazer uma breve análise reflexiva sobre o contexto atual de Angola um país que foi colonizado por Portugal, extorquido, escravizado e que após vencer seu colonizador sofreu um longo período com Guerra Civil devido a interesses externos, e hoje luta por sua reconstrução e superação criando alianças que vem permitindo sua participação no cenário econômico mundial. Embora lentamente, já entende a necessidade de investimentos na educação e necessidade de formação de mão de obra qualificada para que essa reestruturação possa ser viável.

Utilizando material bibliográfico e documentos de diversos órgãos o que se pretende é apresentar as características atuais do país retomar uma linha histórica dos acontecimentos para entender o que culminou a guerra civil e degradação cultural, social, econômica, educacional e política do país.

Entender que a reconstrução vem se estabelecendo gradativamente e o país que embora tem riquezas e recursos não é ainda capaz de caminhar com suas próprias pernas, mas analisa e pretende se reestabelecer como nação e como economia no mundo.

**PALAVRAS CHAVES:** Angola, História, Pós-guerra, Educação, Reconstrução e Guerra Civil.

## SUMÁRIO

|                                                         |           |
|---------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                 | <b>1</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1</b>                                       |           |
| REPÚBLICA DE ANGOLA .....                               | 4         |
| CAPÍTULO 1.1                                            |           |
| ANGOLA ATUALMENTE .....                                 | 5         |
| <b>CAPÍTULO 2</b>                                       |           |
| HISTÓRIA DA PRÉ COLONIZAÇÃO E SUA CULTURA .....         | 14        |
| <b>CAPÍTULO 3</b>                                       |           |
| DA COLONIZAÇÃO À INDEPENDÊNCIA .....                    | 18        |
| <b>CAPÍTULO 4</b>                                       |           |
| INDEPENDÊNCIA .....                                     | 24        |
| <b>CAPÍTULO 5</b>                                       |           |
| PÓS- INDEPENDÊNCIA E GUERRA CÍVIL .....                 | 27        |
| <b>CAPÍTULO 6</b>                                       |           |
| EDUCAÇÃO EM ANGOLA: MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ..... | 33        |
| <b>CAPÍTULO 7</b>                                       |           |
| EDUCAÇÃO E CULTURA PÓS GUERRA CIVIL .....               | 42        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                       | <b>47</b> |
| <b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....</b>                   | <b>49</b> |

## INTRODUÇÃO

Dentro de um contexto mundial o século XX é marcado guerras, catástrofes e rebeliões. Destacam-se pelo longo período e quantidade de baixas, as duas Grandes Guerras Mundiais, a Primeira foi o marco de um colapso da civilização ocidental da humanidade, considerado pelo historiador Hobsbawm (1995) como a era dos extremos, “guerra travada em torno de objetivos específicos e limitados, por metas ilimitadas...”. (pg.37), e a Segunda com suas calamidades. Segundo esse autor até mesmo os historiadores da época não acreditavam na sobrevivência da sociedade, gerando uma crise econômica mundial e colocando o sistema capitalista de joelhos, como ele descreve.

Porém a humanidade sobreviveu, e com o fim dessas Guerras o mundo se reorganizou, o mapa mundial foi refeito e o mundo capitalista, globalizado que vivemos reflete ainda hoje as transformações desse pós guerra. E questionar e entender o processo de restabelecimento do mundo é um papel que cabe as ciências.

O que incita esse trabalho é a curiosidade de entender como é possível após processos dolorosos de conflitos, lutas e mortes o mundo conseguir se reorganizar e se desenvolver a ponto de aumentar o número da população e infraestruturas tomarem novas formas.

Entender essas questões com base científica torna-se um grande desafio. Já que as Duas Grandes Guerras envolveram todo o mundo. Porém é possível analisar e refletir com em uma escala menor. E nesse contexto nos deparamos com discussões a respeito de um país Africano que está adentrando o contexto de

reconstrução e retomando seus caminhos após lutar pela independência contra seu colonizador e viver um longo processo de Guerra civil, em que idealizava a paz e abertura da democracia.

Esse trabalho tenta iniciar uma pesquisa humilde, uma reflexão em pequena escala de como é um processo de reconstrução. Mas para isso é necessário buscar historicamente a base anterior a esses processos bélicos que vieram a devastar uma sociedade já organizada estabelecida antes do século XV.

Uma Guerra Civil é obviamente um marco devastador para um povo. Angola, traz em sua história além dessa guerra outras lutas que se somam: a luta contra a escravidão; por sua independência e busca pela paz após longos anos de conflitos que assolaram o país destruindo, mutilando, separando o seu povo.

A guerra Civil se realizou com apoio de outras nações que obviamente reconheciam o potencial que esse país sempre teve por suas riquezas naturais e enredou um longo período de dor e grandes prejuízos a essa nação. Isso fica muito claro, porém o que se pretende é compreender aspectos de sua reconstrução depois dos conflitos e mortes que se seguiram após 11 de novembro de 1975, quando o colonizador Português reconheceu o país como uma República independente.

Refletir e analisar sobre os processos de pós-colonização que causou a morte 500.000 mil pessoas, (estimativa que pode ter sido superior) além da destruição de infraestruturas do país, e detrimento total de sua cultura, utilizando como recurso materiais bibliográficos e documentos para conhecer suas raízes históricas e ponderar os aspectos de sua reestruturação que está acontecendo com ajuda de outros países como China, Japão e da União Europeia. Também, entendendo como

a economia e a política dentro dos interesses mundiais podem fomentar a reestruturação desse país, que já entende que a Educação é a base para que seja possível em alguns anos atingir suas metas, político e econômicas como é citado em documentos elaborados pelo próprio governo desse país.

Ressaltar e dar a educação o devido valor nesse processo de reconstrução nacional, e em seu papel de contribuição para fortalecimento da democracia e fortalecimento cultural entendido à partir de um processo histórico.

O caso Angola nos oferece espaço para uma reflexão sobre o quanto é complexo e longo o processo de reconstrução, porém que exige na paz e na democracia o princípio desse trabalho.

O que se segue é um breve registro baseado em recursos bibliográficos e documentais da reestruturação iniciando o capítulo primeiro por uma explanação de dados oficiais sobre o país atualmente; o segundo capítulo trata-se da história nacional e dos nativos de maneira resumida; o terceiro refere-se ao processo de libertação do colonizador até a guerra civil e seus reflexos na vida do povo; o quarto tratando-se da independência, seguindo o capítulos sobre o pós guerra civil, as questões da educação e finalizando com reflexões em sua consideração final.

Esse trabalho oferece o despertar para uma reflexão maior que poderá ter continuidade futuramente, unindo-se a contribuições de diversos pesquisadores e historiadores brasileiros e angolanos que entendem importância e valor desse povo no contexto mundial.

## **CAPÍTULO 1**

### **REPÚBLICA DE ANGOLA**

Para composição inicial com base em dados oficiais são apresentadas algumas características do país no que diz respeito a localização e dados socioeconômicos, compondo o perfil da nação para contextualizar seu contexto atual.

Embora demonstre ser um caminho contrário a composição do caráter histórico, pode-se refletir o momento atual e em seguida entender o motivo pelo qual o país tendo condições de estar em pleno desenvolvimento, demonstra ser pobre e retrogrado. Deste modo permite-se ver em linha temporal, analisando dados o processo evolutivo do país, a passos lentos e contando com ajuda de diversos países.

Angola demonstra ter condições e riquezas naturais porém não se sustém sem ajuda externa. As lacunas causadas pela pelos colonizadores com uma educação débil e as guerras que se seguiram tornou o país incapaz de caminhar por si. Esses reflexos negativos são visíveis, e serão apresentados de forma sucinta para esse trabalho que intenta iniciar uma pesquisa para entender os processos de reconstrução de um país devastado.

## **CAPÍTULO 1.1**

### **ANGOLA ATUALMENTE**

Segundo dados oficiais do site do país, Angola está situada na parte ocidental da África, concretamente na zona Austral. O seu território corresponde a uma costa marítima de 1.650 km de norte a sul, banhada pelo Oceano Atlântico e a 4.837km de território fronteiriço, na sua plataforma continental. Tem 1.246.700 km<sup>2</sup> de superfície.

Angola tem como capital Luanda, o país é constituído por cerca de 18 províncias, 163 municípios e 475 comunas que equivalem aos nossos distritos.

Essas províncias são:

| <b>Província</b> | <b>Extensão</b> | <b>Capital</b> |
|------------------|-----------------|----------------|
| Bengo            | 33.016          | Caxito         |
| Benguela         | 39.826          | Benguela       |
| Bié              | 70.314          | Kuito          |
| Cabinda          | 7.270           | Cabinda        |
| Kuando-Kubango   | 199.049         | Menongue       |
| Kwanza-Norte     | 24.110          | N'dalatando    |
| Kwanza-Sul       | 55.600          | Sumbe          |
| Cunene           | 87.342          | Ondjiva        |
| Huambo           | 34.270          | Huambo         |
| Huíla            | 79.022          | Lubango        |
| Luanda           | 2.417           | Luanda         |
| Lunda-Norte      | 103.000         | Dundo          |
| Lunda-Sul        | 77.367          | Saurimo        |
| Malanje          | 97.602          | Malanje        |
| Moxico           | 223.023         | Luenha         |
| Namibe           | 57.091          | Namibe         |
| Uíge             | 58.698          | Uíge           |
| Zaire            | 40.130          | M'Banza Congo  |

Sua população está estimada em 19.6milhões de habitantes (estimativa do da ONU para 2011). Abaixo dos 14 anos, é representado em cerca de 43.3% da população, havendo 1.02 homens por cada mulher, havendo 1.03 homens por cada mulher. Acima dos 65 anos cerca de 2.8% da população, havendo 0.82 homens por

cada mulher e no total da população há 1.02 homens por cada mulher (estimativas de 2002). A população angolana é extremamente jovem, 48% tem menos de 15 anos e apenas 2% tem 65 anos ou mais. A idade média populacional é de 18 anos. A esperança de vida é de 51 anos.

Esses dados são apresentados em tabela organizada pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Angola, que apresenta a tabela de dados socioeconômicos abaixo:

| <b>Indicadores</b>                          | <b>Unidades</b>                          |
|---------------------------------------------|------------------------------------------|
| Projeção da População de 2013               | 19 183 590 habitantes                    |
| Faixa etária da população (0 - 14 anos)     | 47.2%                                    |
| Faixa etária da população (15 - 64 anos)    | 50.5%                                    |
| Faixa etária da população (65 ou mais)      | 2.3%                                     |
| Taxa de crescimento da população            | 3.3%                                     |
| Taxa de fecundidade total                   | 6.0 filhos por mulher                    |
| Taxa de mortalidade materna                 | 450 óbitos para cada 100.000 nados vivos |
| Taxa de mortalidade infantil (0 - 11 meses) | 113 por 1000 nados vivos                 |
| Taxa de alfabetização                       | 65,6%                                    |

A moeda oficial é o Kwanza, equivale a 1USD=80 Kz e o Banco Nacional de Angola assume o papel de Banco Central. (fonte: [consuladodeangola.org](http://consuladodeangola.org))

A Língua Oficial é o Português, língua também estabelecida pelo artigo nono da lei de Bases do sistema da Educação (LDBSE) de 2001 que estabelece “o ensino na escola é ministrado em língua portuguesa.” (pg.28); Cerca de 80% da população fala o português, para além de diversas línguas nacionais (dialetos), sendo as mais faladas: o Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca,

Fiote, Nganguela, dentre outras. Os três grupos etnolinguísticos principais são: Ovimbundu (37%), Kimbundu (25%) e Bakongo (13%).

No que diz respeito às riquezas naturais, é um País eminentemente rico em recursos minerais. Estima-se que o seu subsolo alberga 35 dos 45 minerais mais importantes do comércio mundial entre os quais se destacam o petróleo, gás natural, diamante, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais.

A exploração de diamantes é feita em Angola desde 1912, no ano de 1917 foi criada a empresa Dia Mang, que desde então fazia a exploração, tendo registrado no seu primeiro ano uma produção de 4.110 quilates e chegando a uma produção recorde de 2.413.021 quilates em 1971. Após a independência, criou-se em Angola em 1981 a empresa chamada ENDIAMA que substituiu a DIAMANG, dissolvida em 1988. Segundo dados do Banco Mundial (2002) as exportações de diamante subiram dos 295.000 quilates em 1993 para 517.000 em 1994. Segundo dados oficiais da empresa, atualmente:

| Angolan Diamond Trading Performance - 2005 / 2012 |               |               |               |               |             |             |               |               |
|---------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|-------------|---------------|---------------|
| ANOS YEARS                                        | 2005          | 2006          | 2007          | 2008          | 2009        | 2010        | 2011          | 2012          |
| 1   Produção (Qlts) / Production                  | 7.079.121     | 9.123.991     | 9.701.709     | 8.918.926     | 9.238.271   | 8.362.194   | 8.328.519     | 8.330.096     |
| 2   Preço Médio (US\$/Qlt) / Average Price        | 153,91        | 125,21        | 131,10        | 135,81        | 87,05       | 118,05      | 139,60        | 133,28        |
| 3   Receita Bruta (US\$) / Gross Revenues         | 1.089.566.501 | 1.142.393.369 | 1.271.898.153 | 1.211.266.037 | 804.147.505 | 987.184.295 | 1.162.625.478 | 1.110.222.942 |

Fonte: <http://www.endiama.co.ao/en/production-of-diamonds/industrialproduction/industrial-production-of-diamonds/72>

O crescimento conta com novos projetos de exploração, dirigidos por empresas estatais e privadas. Pela lei 16/94 são igualmente obrigações da ENDIAMA as operações de classificação e avaliação dos diamantes explorados em Angola.

O setor elétrico de Angola, cuja atividade é tutelada pelo Ministério de Energias e águas têm como operadoras principais a Empresa Nacional de Eletricidade. A ENE é responsável por 95% da energia elétrica produzida no país pela distribuição de energia em Luanda. A Empresa de Distribuição de Energia em Luanda responde pela distribuição de energia em Luanda. Com a privatização e reconstrução de algumas estruturas como construção de barragens hidroelétricas e extensão de cabos pelo país, que foram danificados pela guerra prevê-se uma distribuição elétrica e de água mais adequada dentro dos próximos vinte anos.

A agricultura de subsistência está parada, paralisada devido às minas espalhadas pelos campos durante a guerra. Angola conta com uma variedade climática favorável ao desenvolvimento agrícola e com uma terra fértil para a produção de café, milho, mandioca, feijão, arroz, girassol, trigo entre outras culturas.

Os programas e recursos destinados a desminagem ainda não são suficientes. A empresa Halo Trust, publicou em seu site oficial que “realizou uma extensa pesquisa sobre as cinco províncias em que atua e, em Novembro de 2012, confirmou existirem 553 campos minados que precisam ser limpos”

Em artigos publicados atualmente o país é destaque pelo crescimento econômico acentuado graças a produção de petróleo que em 2011 representava 1.7milhões de barris por dia, e também, de gás que é a segunda maior produção da África com uma reserva de 297milhões em fábrica de Gás Natural Liquefeito, no

Soyo, ao Norte de Angola. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, Angola é o 148º mais desenvolvido no mundo numa lista que enreda 187 países.

É citado nos documentos oficiais que a taxa anual de crescimento do PIB é superior a 11.6% ao longo da última década, esse crescimento está relatado pelo FMI no período de 2001 até 2010 e Angola se classifica entre as economias com maiores taxas de crescimento no mundo. Isso graças às elevadas receitas geradas pelo petróleo, e subsequente o gás e diamante. Porém esses rendimentos não tiveram impacto de melhoria nas condições de vida da população em outros aspectos.

Nos aspectos sociais a pobreza é notável, são visíveis os atrasos nas condições de vida e saúde da população demarcada por altos índices de mortalidade infantil, contágio por doenças como malária, poliomielite, cólera e até mesmo HIV que após o final da guerra civil tem aumentado com o retorno dos refugiados.

No que diz respeito ao Comércio, em pesquisa realizado pelo French Trust Fund, para traçar o perfil privado do país e concluído em setembro de 2012, é relatado que: “O petróleo domina as exportações do país e é sobretudo destinado à China (40%), aos Estados Unidos (18.9%) e à Índia (9.8%). Por outro lado, 95% dos bens de consumo são importados”.

O mesmo documento demonstra dados sobre outros setores:

“O setor da construção presta uma contribuição muito importante para a economia doméstica, e tem aumentado de forma estável a sua quota no PIB de 3.5% em 2003 para uns estimados 8.9% em 2012. Angola tem profusa terra agrícola, um clima favorável e, ao contrário da maioria dos países na África subsaariana, abundantes recursos hídricos. Não obstante, Angola é um importador líquido de alimentos”.(French Trust Fund, 2012)

Em recente entrevista, no dia quatro de junho, a rede SIC de Portugal, José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola (cargo que exerce desde setembro de 1979 e foi reeleito no mesmo período em 2012) o mesmo também atua nos cargos como chefe do executivo e Chefe Comandante das Forças Armadas Angolanas, além de Presidente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), partido que está no poder desde a independência do país. O então presidente declarou recentemente sua visão sobre o país no pós-guerra:

“A última década foi marcada pelos processos de consolidação da paz e da democracia, e pela reconstrução Nacional. Terminada a guerra definitivamente em 2002, deu-se início a execução de um programa de pacificação, reconstrução e reconciliação Nacional que conduziu a conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas com integração do pátio dos oficiais sargentos e soldados provenientes das forças militares da Unita, então extintas e a reintegração social dos mesmos. O reassentamento de mais de 4 milhões de pessoas deslocadas, a criação de condições para garantir a alimentação das mesmas, cessando assim o apoio que tínhamos do programa alimentar mundial e por outro lado começou o reencontro das famílias separadas durante muitos anos por causa da instabilidade militar e falta de segurança em muitas regiões do nosso país. Ainda por outro lado começou se o processo de consolidação e reforço das instituições democráticas, das instituições do Estado particularmente; e a criação de condições para o aprofundamento da democracia do Estado e do direito. Foram aprovadas as leis necessárias para assegurar o pluralismo político, Funcionamento normal dos partidos políticos e a criação de associações de diversos tipos garantindo assim o direito a livre expressão e ao livre desenvolvimento da imprensa privada. O país estava destruído. As províncias estavam quase constituídas em ilhas porque As vias rodoviárias e ferroviárias estavam quase todas destruídas. Danificadas ou minadas. Nessa década foram realizadas as grandes obras que permitiram reconstruir a grande rede fundamental das estradas e parte da rede secundária. A rede dos caminhos de ferro de mais de 2mil km de extensão . As pontes as centrais de rede de produção de energia elétrica e água as linhas de conduta de transportes desses bens. Nesse contexto e nesse período lançamos um amplo programa de educação. E formação de quadros, reabilitamos escolas, institutos e construindo novos estabelecimentos de ensino em todos os níveis. “O país cresceu imensamente do ponto de vista material e claro espiritual e agora está pronto para encarar novos desafios.” (José Eduardo dos Santos, junho 2013 disponível: <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2013/06/04/sic-entrevista-o-presidente-de-angola-jose-eduardo-dos-santos>).

As colocações do presidente obviamente são otimistas, porém não refletem a realidade do país, ao que demonstram documentos e pesquisas de órgãos oficiais como FMI e ONU. Essa colocação vem agregar o que é exposto ao mundo no

processo de reconstrução em alguns dos valores que são necessários a continuidade desse trabalho.

Parte dos avanços de Angola podem ser observados na tabela abaixo que se refere ao PIB:

**Composição do PIB (%)**

Fonte: Orçamento de Estado 2012

|                                   | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|-----------------------------------|------|------|------|------|
| Agricultura, Silvicultura e Pesca | 10.4 | 10.1 | 10.2 | 12.2 |
| Petróleo e Gás                    | 45.6 | 45.6 | 46.6 | 38.8 |
| Diamantes                         | 0.9  | 1.0  | 0.8  | 0.9  |
| Indústria                         | 6.2  | 6.3  | 6.5  | 7.3  |
| Electricidade                     | 0.1  | 0.1  | 0.1  | 0.2  |
| Construção                        | 7.7  | 8.1  | 7.9  | 8.9  |
| Serviços                          | 21.2 | 21.0 | 20.4 | 23.3 |
| Outros                            | 7.8  | 7.4  | 7.4  | 8.1  |

O país ainda não tem condição de se responsabilizar por seu crescimento. Embora seja rico em recursos naturais e minerais que geram um lucro milionário e que bem administrado traria a população outra condição, uma realidade relativamente melhor. As parcerias são necessárias, principalmente pela falta de mão de obra qualificada, necessidade de formação de profissionais de diversas áreas e reconstrução das infraestruturas do país. Essas alianças são feitas trazendo injeção de dinheiro em Angola que exporta seus produtos.

No que se refere as organizações internacionais, o país esta melhorando suas relações internacionais que entre 1975 e 1989 estava aliada apenas a Cuba e União Soviética.

Atualmente como cita o documento do Perfil do Setor Privado “Angola é membro de cerca de vinte organizações internacionais dentre elas: Banco Africano

de Desenvolvimento (1980); União Africana (1975); Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (membro fundador, 1996); FMI (1989); Organização dos Países Exportadores de Petróleo (2007); ONU (1976) Banco Mundial (1989); Organização do Comércio (1996).”

A China é um dos países de grandes relações ao longo da última década, este país tem uma posição de destaque em Angola. Suas relações se estabelecem pelo interesse dos chineses no petróleo que lhe é importado e por outro lado, eles são fortes investidores e fornecedores de mão de obra, além de participantes na reconstrução e reabilitação de Angola. Sua cooperação se dá através de empréstimos concessionais disponibilizados por seus principais bancos para a construção e reabilitação das infraestruturas. O documento ainda cita:

“A primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola data de 2002. No entanto, o primeiro empréstimo suportado pelo petróleo foi assinado com o Exim Bank em 2004. Este tipo de assistência financeira, assegurada pelo acesso chinês aos recursos naturais angolanos, traz amarrada a compra de bens e a participação de empreiteiros chineses. Outras importantes linhas de crédito chinesas para Angola foram canalizadas através do Fundo Internacional da China”. (pg.12)

Portugal é o segundo maior parceiro econômico, constituinte dos vinte e sete membros da União Europeia, esse permanece sendo o principal parceiro comercial do país tendo forte presença nos setores de construção e também como importante exportador de produtos alimentares e bebidas. Em contrapartida Angola é o principal investidor em Portugal, com atividades que envolvem energia e telecomunicações. Existem cidadãos angolanos que vivem em Portugal desde a guerra civil e Angola também é destino para os cidadãos de sua ex-colônia que partem para lá em busca de emprego.

O Brasil também contribui, como cita no documento:

“Angola tem fortes laços históricos, culturais e económicos com o Brasil. Cerca de 30 empresas brasileiras operam em Angola, incluindo empresas de renome como a Petrobrás, Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão. As empresas brasileiras são responsáveis por alguns projetos de infraestrutura importantes em Angola, de que é exemplo a barragem hidroelétrica de Capanda no Rio Kwanza. O Brasil tem três linhas de crédito com Angola para financiar a exportação de bens e serviços. Existe uma pequena mas evidente comunidade de cidadãos brasileiros em Angola, que consiste fundamentalmente de imigrantes e expatriados do Brasil. Estima-se que existam 5.000 brasileiros registados em Angola. A Embaixada brasileira em Luanda processa 500 vistos por semana para angolanos que desejam visitar o Brasil. Angola, através da Sonangol, a companhia petrolífera estatal, também investiu fortemente no sector petrolífero brasileiro, como parte da sua estratégia de expansão internacional”. (pg. 13)

Outros países como Estados Unidos, França e Reino Unido também compõem o quadro de contribuintes e parceiros de Angola que segue crescendo e se restabelecendo. Existem inúmeros relatos que expõem nos meios de comunicação a situação difícil da população diante da pobreza e das dificuldades.

## **CAPÍTULO 2**

### **HISTÓRIA DA PRÉ COLONIZAÇÃO E SUA CULTURA**

“ É preciso elaborar o passado e criticar o presente prejudicado evitando que este perdure, e assim que aquele se repita” (Adorno, pg.11)

A contextualização do período pré-colonial é vital para que possamos elaborar uma linha tênue da história de Angola e para que possamos continuar a refletir e compreender a realidade atual desse país.

Angola antes de se tornar uma colônia e ser dominada pela exploração Portuguesa que objetivou domínio para a expansão Capitalista Europeia do Século XV, sendo reduzido a fornecedor de mão de obra escrava e matérias primas demonstrava ter organização social e econômica já nos períodos anteriores à 1482, quando o navegador português Diogo Cão chegou ao país em uma rota que pretendia contornar o continente africano para chegar às Índias, desembarcando então em Angola e dando início a uma grande mudança social desse povo.

O processo histórico de colonização demonstra muita brutalidade, com diversos confrontos e com o envio de escravos para outras colônias de Portugal, incluindo-se processos de resistência e lutas até sua libertação em 11 de novembro de 1975, após um período de guerra para sua libertação.

Para contextualizar os processos históricos de Angola é necessário conhecer a organização em sua origem, de maneira sucinta será descrito abaixo baseado com base nas contribuições dos estudos de Adelina Silva Neto (2004):

A origem do nome Angola como cita a autora Silva NETO: Angola Ngola Nzinga do Reino do Reino Nadongo originou-se nas expressões de Ana-a-Angola e Akua-Ngola que significam “filhos do Ngola” e “gente do Ngola” respectivamente.

Subdividia-se em 18 províncias, um território atravessado por numerosos rios, com uma população estimada em cerca de 14 milhões de habitantes constituída na sua maioria por povos de origem Bantu, estes sendo provindos “da região do Vale Benve, na África central e ocupavam cerca de um terço do continente Africano”. Estima-se que esse povo era constituído por cerca de 90 a 100 grupos étnicos.

Em Angola havia diversos grupos etnolinguísticos que surgiram de diversos fluxos migratórios e a adaptação destes às condições ambientais das quais surgiram diferentes formações sociais e vocações econômicas diferenciadas, esses formavam os subgrupos etnolinguísticos.

Cada grupo etnolinguísticos apresentava suas peculiaridades como o modo de vida, forma de cultivo no setor da agricultura, produção econômica como pescadores, escravocratas como e agricultores e os princípios religiosos. Assim denominados Ovimbundus, Nganguelas, Umbundus, dentre inúmeros outros.

Antes da invasão Colonial, por volta do século XIII e XIX, o território era composto por diversos reinos, sendo os dois maiores Congo e Ndongo.

O reino do Congo era o de maior extensão territorial e que possuía hegemonia político militar, sendo aceita pelos demais reinos. Este reino era densamente povoado e como descreveu Silva Neto, (2010) possuía uma sólida administração. O rei vivia numa cidade denominada de MBANZA o que significava residência do rei, cidade cercada por muralhas. Uma aliança matrimonial levou NTINU WENE a se tornar o Manicongo ( Mani significava rei). Outra cidade importante no reino era MAMBA, esta tinha importância pois representava defesa contra os inimigos e seus moradores eram sempre bem dispostos a lutarem. De um clã dessa região foi indicado MANI MBATA, o único que podia se sentar com o rei na mesa e suceder-lo

caso não houvesse herdeiro. O povo e seus vizinhos pagavam impostos ao rei e os reinos vizinhos independentes lhe enviavam tributos.

O reino se organizava de forma aristocrática com homens livres e escravos, os membros da aristocracia não podiam casar com os plebeus, e deste membros se distinguiam os Kilomi, antigos senhores de terra e os Kabunga membros da família aristocrata na Capital. Os Kitomi formavam uma aristocracia vinculada aos demais senhores por casamentos preferenciais e depois havia os homens livres e escravos.

O reino era organizado de forma hierarquia em reis, sobas e anciões de aldeias e regiões do reino.

Na economia eram muito produtivos tanto na agricultura como no artesanato, de onde derivavam os produtos para o comércio que funcionava a base de troca por outros produzidos na região.

A cidade de Mbanza Congo era tido como autentico comércio, as trocas eram feitas nas margens do Rio Zaire e na costa do Oceano Atlântico e foi assim que nasceu o comércio regional e a moeda Nzimu que eram conchas apanhadas do mar na Ilha de Luanda que circulava nas rotas comerciais de toda a fronteira meridional ao Atlântico.

Pela hierarquia familiar com a morte do pai os bens eram passados para os sobrinhos da linhagem materna garantindo a propriedade privada para a família.

O rei não era visto como um ser comum, o MANICONGO tinha um caráter sacro. Suas insígnias incluíam um chapéu, um tambor, uma pulseira de cobre ou marfim, a bolsa dos impostos e um trono em forma de banquinho quadrado e objetos que simbolizavam a posição de bruxo-feiticeiro.

Dessa forma a autora citada descreveu com base em suas pesquisas o reino do Congo e o reino do Ndongo não apresenta características diferentes. O reino se formou no início do Século XVI.

“O rei era denominado NGOLA e era a autoridade máxima. Os detentores dessa linhagem eram livres na busca de oportunidades comerciais, militares ou outra circunstância que levassem ao aumento e consolidação da sua posição e domínio do reino”. (Silva Neto, pg.43).

Os Ndongos aceitavam a soberania dos Manicongos para quem pagavam tributos. Esse reino surgiu cem anos depois da formação do Reino do Congo e sua organização era muito semelhante, com disparidades quanto a genealogia já que os Sobas, que eram os idosos detentores do conhecimento podiam proclamar o Ngola.

A Agricultura era sua principal atividade econômica. E estima-se que eles foram os primeiros no cultivo de arroz em Angola.

Essa descrição dos reinos vem esclarecer reforçar a ideia de que os nativos de Angola tinham um grande potencial em economia e organização que já estava posto bem antes da chegada dos Colonizadores.

A colonização foi um processo que veio degradar essa organização social e cultura do povo nativo. Quando os portugueses desembarcaram na Costa da África Meridional, puderam notar essa organização e forma de vida das populações negras e obviamente o interesse em obter vantagens e lucros veio a estirpar essa estrutura construída na base dos séculos. A instalação dos portugueses em subsequência Holandeses, Ingleses e Franceses representou o maior fator de degradação da estrutura social da África em geral.

## **CAPÍTULO 3**

### **DA COLONIZAÇÃO À INDEPENDÊNCIA**

Os portugueses estavam em busca do caminho marítimo para as Índias quando desembarcaram na costa da África Meridional, e encontraram populações negras que haviam desenvolvido como cita Silva Neto (2004) formas originais de organização social. Essas sociedades, em que as leis, a religião e os costumes eram ditados pelo interesse do grupo e porque unia a questão Tradicional estreitamente vinculada ao mundo dos espíritos, estavam em total oposição aos conceitos europeus que pregavam a supremacia do indivíduo sobre o grupo.

“A chegada desses estrangeiros desnaturalizou a cultura tradicional dos nativos e modificou a organização social, o comércio e a economia mercantil. Os sistemas religiosos foram dissolvidos, os fundamentos sagrados e as antigas ordens sociais foram banidas”.(Silva Neto, pg. 46)

“Conquistar para dominar”, esse era o objetivo dos navegantes portugueses após dominarem Ceuta no ano de 1415, marco inicial da expansão marítima dos portugueses, quando buscavam caminho para as Índias, o almirante Vasco da Gama, (em 1498) depois de atravessar o sul do Oceano Atlântico chegou ao Oceano Pacífico navegando para ao Norte da Costa da África Oriental depararam-se com a civilização dos povos da África e como cita em sua tese Silva Neto “encontraram ativos portos e ativos locais”.

Esse foi um marco histórico para os navegantes, um grande avanço para humanidade. Porém suas expedições causaram abalos a estrutura nativa

Diogo Cão, um navegador português, do século XV, chega em 1482 na foz do rio Zaire, e marca o início de contatos pessoais entre africanos e

portugueses. Quando ele chegou ao Reino do Congo já haviam reinado ali cerca de sete reis. E este foi o reino que o acolheu pacificamente estabelecendo os primeiros contatos com os futuros colonizadores aceitando também suas ideias religiosas.

Em 1491 os portugueses convencem o Manicongo NZINGA a NAKUVU a se deixar batizar no catolicismo. Este aceitou por ingenuidade já que foi iludido com falsas promessas de igualdade de tratamento e privilégios comerciais. Foi feito um batismo no palácio real onde toda corte e família do rei foram batizados. O rei via esse batismo como um convênio e os portugueses seguiam seus ideais no processo de anulação da identidade e dos valores dos nativos como meio facilitador para o processo de colonização que se iniciaria.

O rei e sua ao batizar recebem novos nomes, ele se torna Dom João I e sua esposa Dona Leonor. O reino do Congo dá essa abertura para que os portugueses passem a explorar seu interior e também a navegação do rio Zaire. Dessa atitude, gera nos súditos insatisfação e revolta por entenderem os ideais dos colonizadores e uma Guerra Civil se inicia no Congo fomentada por aqueles que não aceitavam a nova religião, a indulgência dos portugueses e o oportunismo do rei.

A população via os interesses dos portugueses em contatar escravos e explorar as terras e suas riquezas menosprezando a arte e o culto religioso dos nativos. Por longos tempos os portugueses através dos reis conseguiram impor-se aos nativos para praticar sua fé, porém os nativos se mantinham fiéis às suas tradições. O sucessor do rei, seu filho Nzinga Mbemba, batizado como Afonso I após morte do rei torna a fé católica obrigatória para os nativos. Ele representou uma das grandes figuras do catolicismo africano.

E dessa maneira os portugueses foram fortalecendo seus ideais e com os subornos aos chefes locais conseguiam manter o tráfico de escravos. Até que aumento do tráfico de escravos para lugar desconhecido despertou o Manicongo Nzinga Mbemba a compreender o verdadeiro interesse dos portugueses: tráfico de escravos, pilhagem de riquezas, expansão do cristianismo e finalmente a colonização. E essa compreensão deteriorou com as relações do Manicongo com os portugueses, e após a morte de Mzinga Mbemba no ano de 1.541, o reino coloca obstáculos aos interesses dos portugueses que começam seus primeiros contatos com o então Reino Ndongo. Em 1.556 eles inauguram uma nova fase nas suas relações com os nativos Mbundus ao sul do Reino do Congo cujos territórios havia ouro e prata. Essa região obviamente acabou adotada graças as vantagens comerciais e militares. A estratégia foi a mesma, com os primeiros contatos feitos de maneira cordial e o objetivo se mantinha na estratégia de dividir para reinar.

Dentro desse contexto histórico, a vida do escravo nativo na hierarquia dos reinos lhe permitia viver como membros da família proprietária, sua vida cotidiana era normal. A intenção em se manter esses escravos era ligada a manutenção dos territórios. Eles tinham suas famílias com uma esposa e seus filhos e assim faziam parte da família de seus proprietários.

A escravidão na concepção colonial, é que o escravo podia ser maltratado, explorado, vendido, violentado, morto, não tinha direito, era totalmente submetido ao seu proprietário. E Angola se torna uma verdadeira mina de escravos, sendo levados a lugares desconhecidos e até mesmo para o Brasil, tendo eles méritos ao crescimento agrícola deste país durante o século XV. O comércio de escravos era

lucrativo e fermentava a soberania portuguesa e as dissensões entre as tribos nativas.

Logo os portugueses conseguiram colocar um reino contra o outro, incentivando ao ataque dos Ndongos contra o Congo luta na qual conseguiram se libertar e aumentar sua extensão territorial usando de invasões de territórios vizinhos com a ajuda dos portugueses. Desse contato entre os portugueses e o Ngola Kiluanji eles conseguem o controle da ilha de Luanda, “local de exploração da moeda comercial da época” (Neto, pg.33) e estabelecem contato direto com a corte portuguesa em Portugal incrementando o fluxo de mercadorias da Europa.

Com a morte do rei Ngola Kiluanji, o seu filho assume o poder, Ngola Mbande e tenta lutar contra os portugueses, porém sem sucesso. Esse rei fez tentativas de ruptura das alianças com os portugueses, que investiam em propostas de paz e por medo de serem invadidos por outros países como a Holanda e perderem seu domínio político e econômico eles faziam tentativas de restabelecimento da paz e abertura do comércio no Ndongo. Porém em “1.575 Paulo Dias de Novais é nomeado governador da província de Angola e orientado a conquistar o reino pelas armas.” Sua primeira ação foi de construir uma igreja.

Com a morte de Ngola Mbande, a rainha Nzinga Mbandi assume o poder e consegue fazer várias alianças entre outros reinos e e foi programada rainha de Matamba e Ndong, tornando-se grande chefe dessas coligações além de conseguir uma aliança com os Holandeses que favoreceu derrotar os portugueses desde sua ocupação de Cambande e Benguela entre 1589 -1639.E por conseguinte essa coligação veio se tornar uma aliança tática que trouxe vitória aos holandeses na luta contra os portugueses para domínios dos ricos jazigos africanos de escravos e

ficou sendo considerada a “primeira libertação Nacional de Angola” conquistada graças a união das tribos do Congo e Ndongo.

“Em 1644 a rainha atacou os portugueses e seu exército foi vitorioso em grandes batalha;”(NGULUVE, 2006, pg. 35)

Dessa maneira com inteligência e prudência como foi considerada Nzinga Mbandi reinou por cerca de trinta e seis anos liderando uma batalha contra a dominação portuguesa buscando soluções pacíficas chegando a ser batizada no catolicismo e modificando seu nome e de maneira diplomática agindo com os Nativos jurando ódio a fé dos portugueses e aos padres. Ela conseguiu uma trégua com os portugueses visando formar um novo exército e libertar escravos, devolvendo aos portugueses escravos que haviam fugido. Ela foi considerada uma personalidade marcante na luta contra o colonizador.

Isso demonstra mais uma qualidade do povo Angolano de ter no século XVII uma mulher que os representasse, sendo respeitada por ter cautela e inteligência em suas ações.

Os primeiros contatos entre a colônia e Portugal foram comerciais e logo os colonizadores desorganizaram os reinos e suas economias se impondo para dominar. “A colônia de Angola foi criada como resultado da conquista que os portugueses obtiveram na África”. E nessa missão de colonizar o Papa em 1597 ordena um bispo para Congo e Angola e os Jesuítas foram para Angola na missão de converter os gentios, povoar de portugueses aquela terra e também os converter, assim como se deu também no Brasil, fazendo com crueldade a conquista espiritual dos nativos.

E para combater as dificuldades foi criado um governo geral na colônia visando sempre propiciar lucros para Portugal e o povo que para lá foi enviado composto em sua maioria da classe dos excluídos, era ajudar a propiciar tais lucros às camadas dominantes metropolitanas. E tudo era determinado pelos portugueses desde as capitânicas até as produções agrícolas, enquanto os nativos eram explorados. Nesse contexto a educação só abrangia as camadas burguesas portuguesas.

O direito do nativo era recusado na organização colonial e em Angola surgiram as associações que defendiam os interesses dos nativos.

Em 1890 as conferências de Berlim e Bruxelas vieram a ditar a partilha do continente africano, e no final do século XIX “ o destino estava efetivamente traçados pelas ambições dos designios imperialistas europeus na África.” (Silva Neto, 2010). Entretanto a ocupação colonial de Angola, pelos portugueses, começa de fato depois da conferência de Berlim. A demarcação das fronteiras coloniais no final do século XIX, indica um momento histórico e cruel: a emergência do Estado angolano. Essa conferência teve como objetivo organizar na forma de regras, a ocupação da África pelas potências colônias e resultou numa divisão que veio a destruir os últimos reinos nativos existentes em Angola, em 1915 quando o general Português Pereira de Eça se aproveitando de um momento de assolação ocupa os reinos chamados ciclo Mataman.

## **CAPÍTULO 4**

### **INDEPENDÊNCIA**

A luta pela independência se inicia nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, com os nativos iniciando uma luta armada contra os colonizadores e seus aliados.

“Com objetivos político- econômicos, sociais e culturais para a autodeterminação, para garantia do direito à existência como Estado Livre e soberano e para total liquidação das estruturas.” ( Silva Neto, 2010, pg. 183).

Nesse ensejo as manifestações surgiram com a formação de associações populares como a Liga Nacional Africana e o Grêmio Africano, através delas a luta e o nacionalismo patriótico foram tomando vigor, sendo obviamente reprimidas pelo governo que não podia perder sua fonte de lucros, porém se reorganizavam e agiam clandestinamente publicando jornais e formando novas organizações como a PLUA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola, que depois de dezembro de 1956 vem a se transformar em MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), movimento que foi atraindo e conquistando filiados.

Já em 1954 ao norte de Angola forma-se o FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola.

Em 1959 os colonizadores prenderam um grande número de nacionalistas mas não conseguiram acabar com os movimento, líderes do MPLA se transferiram para fora do território de Angola onde mantiveram suas atividades clandestinamente em diversas cidades até conseguirem se transformar em uma Luta armada contra os colonizadores que efetivamente começou em 1961.

No ano de 1962 Antônio Agostinho Neto é eleito presidente do MPLA e da fusão com outros partidos denominados UPA e PDA, surge o FNLA, em 1964 Jonas Savimbi que era do FNLA funda o movimento denominado UNITA (União Nacional para Independência Total de Angola) ao leste de Angola que em 1966 inicia a luta armada e durante os anos seguintes lidera a Guerra Civil com muita resistência e se pautando em interesses próprios além das influências que sofre dos países com interesses em Angola.

Sobre a relação dos três movimentos:

“ O MPLA, a FNLA e a UNITA nunca se entenderam nem souberam coordenar suas ações na luta pela libertação política de Angola. Aparentemente com idêntico objetivo de expulsarem e obrigarem Portugal a reconhecer o direito de Angola à independência política, se revelaram sempre incapazes de unirem os seus esforços numa frente comum.” (CORREIA, 1991, pg35 in Neto 2010, pg186)

Portugal dependia economicamente da colônia, então as tentativas civilizadas em se acordar sobre o reconhecimento da independência eram reprimidos de maneira violenta pela ditadura dos colonizadores, o que fez com que a luta armada evoluísse para uma guerra prolongada em busca da libertação.

No início dos anos 70, os três movimentos de libertação se mobilizaram, embora separadamente com o objetivo comum de expulsar os colonizadores e conseguiram, tirando de Portugal sua grande fonte de renda. Porém os portugueses resistiram em transferir o poder do governo aos nativos, criando barreiras, e mesmo após o acordo de Alvor, ao qual a legitimidade dos três movimentos é reconhecida além de concordar em transferir o governo para os angolanos, o poder é transferido somente para o presidente do MPLA.

Em 15 de janeiro de 1975 o Acordo de Alvor, se estabelecia com a assinatura dos três partidos que são: UNITA ( União Nacional para Independência Total de

Angola); FNLA ( Frente Nacional de Libertação de Angola) e MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Sob presidência de Portugal, que reconhece os três movimentos como legítimos, nesse documento, todos os partidos e o governo Português convergiam no ideal do cessar fogo.

A concretização da fase de transição do governo de Portugal para os partidos, para liderarem e governarem Angola passava por condicionamentos, sobretudo no que dizia respeito aos portadores de soberania e independência. No primeiro capítulo do documento assinado na cidade de alvor, no Algarve, em que as lideranças se reuniram entre 10 e 15 de janeiro de 1975, descrevia em seu Primeiro Capítulo:

**“Artigo 1.º —** O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) como os únicos e legítimos representantes do povo angolano.

**Artigo 2.º —** O Estado Português reafirma solenemente o reconhecimento do direito do povo angolano a Independência.

**Artigo 8.º —** O Estado Português obriga-se a transferir, progressivamente, até ao termo do período transitório para os órgãos de soberania angolana todos os poderes que detém e exerce em Angola.”  
(ACORDO DE ALVOR, 1975)

Porém a ausência de condições inviabilizou na data prevista a transferência do poder conforme estava previsto. Com essa violação, o documento ficou ultrapassado e acabou sendo suspenso pelo Governo Português em agosto de 1975. Os movimentos foram se alastrando e os partidos foram buscando uma forma de chegar ao poder através da força, e nesse contexto em 11 de novembro de 1975 Angola torna-se finalmente um Estado Livre, quando Portugal decide transferir o poder aos Angolanos.

## **CAPÍTULO 5**

### **PÓS- INDEPENDÊNCIA E GUERRA CÍVIL**

A independência não trouxe ao nativo de Angola um período de paz, as guerras e conflitos se seguiram agora norteados por interesses imperialistas de países que obviamente sabiam do potencial econômico que Angola possuía. E se utilizaram de dissensões entre os movimentos para luta de libertação para atingirem seus objetivos sacrificando milhares de vidas do povo, separando famílias, destruindo as estruturas que já não eram boas. Fortalecendo uma condição de vida pobre e subjugada.

Após sua libertação, faltava no país infraestruturas mínimas para o funcionamento do poder político e administrativo.

A República Popular de Angola surge num contexto mundial de Guerra fria entre duas grandes potências: Estados Unidos e a ex União Soviética. Para estes Angola representava um grande potencial econômico, com recursos naturais, hídricos e minerais. E os interesses inspiravam as superpotências a disseminar ainda mais os ideais dos movimentos nativos.

O ponto de partida para a Guerra Civil angolana está no pós Libertação de seu colonizador, após a concretização dessa luta, que envolvem os três partidos que se estabeleceram durante a luta contra os portugueses, da partilha pelo poder do país de maneira soberana emergem os conflitos que se transforma em uma Guerra que perdura por mais de trinta anos.

O governo MPLA, orientado pela ex-União Soviética opta pelo regime Socialista para a República, opção obviamente inadequada e que contraria interesses de outros países e em destaque Estados Unidos, antiga Alemanha, Japão

e África do Sul. Porém esse regime era apoiados por Cuba, China e a já citada ex-União Soviética que exercem grande influencia no país e vem a manipular e patrocinar material bélico necessário para a luta armada que se segue no país após a conquista de sua libertação. Esses países além de exercerem grande influencia política, fornecem técnicos, empréstimos e ajuda militar para Angola.

Nesse contexto Angola começa a ser redesenhada, porém o clima de tensão militar com a FNLA sendo apoiada pelos Estados Unidos através da Republica do Zaire e a UNITA recebe também apoio, porém através da África do sul.

Angola conviveu com a guerra civil por cerca de trinta e oito anos, nesse período milhares de tragédias foram vivenciadas, um grande número de mortos, amputados, milhares de refugiados, famílias dizimadas, destruição de infraestruturas como destruição de escolas, redes de transportes e telefonia, e em consequências como as necessidades de oferta de do que é fundamental a uma população: saúde, saneamento básico, água, educação, energia elétrica, transporte, proteção, dignidade e paz. Necessidades que se tornaram problema no pós-guerra.

A ideologia da guerra perpassa interesses nacionais, luta pela democracia, como explicita Nguluve (2006, pg.15) “ Predominou, nesse período a imposição da vontade dos interesses externos, muitas vezes, camuflados sob falso discurso da defesa da democracia, liberdade e paz. Não excluídos da responsabilidade os autores nacionais que, através de alianças e apoio recebido dos países externos, não se importaram em sacrificar milhares de vidas inocentes.

O site do consulado de Angola no Brasil informa os seguintes dados sobre a Guerra civil: “500.000 a 1.000.000 de pessoas mortas (150.000 pelas minas);

4.000.000 de armas não recolhidas; 10.000.000 de minas explosivas terrestres (estimativas da ONU de 2006) e centenas de milhares de vítimas.”

A configuração do sistema político se divide em: Governo Marxista-Lenista sob presidência de Antônio Agostinho Neto ( 1975-1979) e por conseguinte José Eduardo Santos (que assumiu o poder em 1979, foi eleito presidente da República em 1992 e segue no cargo até os dias presentes); e governo Democrático que se estabelece em 1992, ano em que vem a se tornar sistema partidário único, transformando o então MPLA em MPLA- P.T. (partido trabalhista) com orientação marxista-lenista. Dessa maneira os trabalhadores passam a ser organizados em sindicatos e buscavam novas medidas para a solução dos problemas de ordem econômico, político e social, ao mesmo tempo em que surge o JMPLA, unidade jovem do partido que objetivava doutrinar os jovens à orientação do partido.

Essas iniciativas enquadram os jovens e mulheres atribuindo-lhes funções como participar do sistema educacional, indo até as aldeias e alfabetizando os nativos, incentivando os jovens ao alistamento militar e as mulheres a trabalharem no processo de reconstrução do país.

Nesse período o país vivia o cenário de guerra. De 1975 a 1992 esse cenário tinha força, e a guerra entre o exército do governo contra o exército da UNITA tomava seus desdobramentos, já que Savimbi pretendia tomar o poder.

Em 1992 com ajuda das Nações Unidas, que tentavam pacificar o país realizaram-se as primeiras eleições democráticas, pensando-se em estabelecer uma democracia pluripartidarismo e com base no Acordo de Bicesse, assinado pelos partidos para cessar a guerra houve um tempo de trégua e o governo passou a adotar o sistema democrático com objetivo de reescrever a história do país.

A Constituição do país foi revista conferindo critério de abertura da democracia pluripartidária, despartidarizando assim as forças armadas. Como cita a Silva Neto “a lei constitucional, sendo a lei fundamental do Estado, estabelecia regras para presidir e organizar este bem” (Silva Neto, 2010 pg. 191).

Após então assinatura do Acordo, ocorrem no país às primeiras eleições democráticas, no ano de 1992, em que a população elegeu com 49,6% dos votos o presidente José Eduardo dos Santos que ainda ocupa esse cargo como líder no país, seu partido MPLA liderou com 54% dos votos, ganhando a eleição contra Savimbi líder da UNITA. Esse por sua vez não aceitou os resultados declarando existir fraudes nas eleições e não aceitando sua derrota ordenou o reinício da guerra.

Savimbi pretendia criar a República de Angola do Sul, porém a população foi contra ele nesse ideal, além de já estarem indignados com sua desonra ao acordo de paz. Além disso, com os apelos internacionais e a pressão diplomática exercida pelos Estados Unidos, levaram-no a renegociar a paz.

Após as eleições o governo surge o Governo de Unidade de Reconstrução Nacional composto por ministro do MPLA-PT e da UNITA. E ainda assim, se seguiram longos períodos de guerra com tentativas de negociação. O que ajudou no processo de paz, foi em 1993 o presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, reconhecerem o Governo de Angola como legítimo.

Savimbi seguia cometendo atrocidades contra o povo, massacres, ataque, bombardeios, ataques e saques a vilas e aos caminhões de ajuda humanitária. Demonstrando que as eleições democráticas de 1992 em nada ajudou a população

que nesse contexto estava a mercê da fome, pobreza, pilhagem de seus recursos naturais que apesar da libertação contra o colonizador evidentemente, continuava.

Depois das eleições ficou comprovado que os conflitos armados tinham sustentação e motivação do imperialismo internacional, que manipulava intelectualmente os líderes políticos africanos.

Não havia compromisso e responsabilidade política com a paz, democracia e bem estar social, sobretudo entre os anos de 1993 até 2002. Esses aspectos foram relegados a segundo plano, justamente porque os movimentos agiam segundo suas ambições e interesses particulares, ficando de lado o dialogo para o fim da luta armada.

E o que podemos concluir através das leituras e observações é que Angola não domina e não dominava os meios de produção e isso deixou o país a mercê de interesses imperialistas. O mundo analisa e observa as causas da guerra em conflitos étnicos dos nativos, e as verdadeiras causas e interesses de ordem política e econômico de outros países passam despercebidos ou são secundários em meio ao julgamento no que se baseia em informações da mídia mundial.

A guerra e os conflitos em Angola são forjados para o mundo, e o nativo é morto e mutilado, suas riquezas lhe são roubadas até que se estabeleça uma nova ordem em que o país seja capaz de ser não só independente, mas autônomo de maneira econômica, social e política.

Faltou também expressão dos dirigentes da ONU e dos Órgãos Internacionais como a UNAVEN I ( Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola),

presentes no país devido o acordo de Bicese. Também não houve intervenção do exército da ONU.

“A guerra e a intensificação dos conflitos acabou culminando na morte de Jonas Savimbi (líder da UNITA) em fevereiro de 2002. Estava assim fechada a página da Guerra que desde de 1975 destruía o país.” (Nguluve, 2006 pg. 43)

## CAPÍTULO 6

### EDUCAÇÃO EM ANGOLA: MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

O processo de colonização refletiu amplamente nos aspectos sociais de Angola. Um aspecto muito forte que veio a sustentar a colonização diz respeito à educação, um meio encontrado pelos portugueses, os colonizadores para atingir seus objetivos. O pensamento construído naquele período ainda se reflete na política educacional nos dias atuais.

Em 1452, o papa Nicolau V autorizou através da Bula “Dum Diversas” que os reis portugueses conquistassem os países dos infiéis. Através desta bula, dirigida ao rei Afonso V de Portugal, o pontífice afirma:

*"(...) nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo".* ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Dum\\_Diversas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Dum_Diversas))

Com essa Bula o reino Português adquiriu mais poderes para impor e sujeitar o povo de Angola aos seus desígnios, forçados a negar suas raízes, e cultura, menosprezar a língua nativa e ignorar as tradições culturais e o sistema de vida, laços que os mantinham sua identidade nativa. A educação foi um eixo encontrado pelo colonizador para impor sua cultura e disseminar a religião católica de uma maneira impositiva.

O projeto de expansão marítima de Colombo e Cabral em busca de caminho para as Índias com objetivos comerciais, os levaram a Angola. E lá descobriram as riquezas, metais preciosos, mão de obra escrava, tornando a nação sua colônia, impondo a religião católica e depois impondo sua cultura por força militar como cita:

“ A colonização aconteceu por meios políticos, militares, com o fim de explorar econômica, socialmente e também através da conquista espiritual ... que significou a destruição da cultura, das religiões e das línguas nacionais angolanas”. NETO, (2010, pg. 128).

A Educação em Angola na escola formal se inicia com a chegada dos Jesuítas, e pode ser descrita em vários períodos: educação Jesuíta (1482 até 1791), educação Pombalina (1759 até 1792), educação Joanina (1792 até 1845), educação Falcão e Rebelo da Silva (1845 até 1926), educação Salazarista (1926 até 1961), educação Angola (1961 até 1974), e o período pós independência, os quais serão citados de maneira sucinta para que seja possível compreender a construção de suas bases até os dias atuais.

Período da Educação Jesuíta (1482 até 1791): Consta que a primeira escola Jesuíta foi fundada no Congo em 1491 e subsidiada pelo Estado Português. A educação Jesuíta marca em dois aspectos: primeiro como a introdução da escola formal em Angola, “já que antes não existia um sistema de educação regular no nível dos ocidentais” ( Silva Neto, 2010,pg. 130) e a desafricação, aculturação do povo nativo, porque o objetivo da Companhia de Jesus consistia apenas na transmissão dos valores cristãos e da cultura portuguesa, com um método de ensino que não permitia reflexão nem contestação.

Os Jesuítas, eram padres, integrantes da Companhia de Jesus, criada por Inácio de Loyola, que chegaram a Angola impondo a educação, religião, ideologia e metodologia ocidental. Eles construíram escolas e a medida que se expandia a colonização os padres iam disseminando a cultura religiosa ocidental. Aos nativos eles ofereciam uma escola de catequização onde eles aprendiam a ler, escrever, interpretar a bíblia, e alguns conhecimentos impossíveis de se adquirir sem uma escola formal.

Essa expansão da igreja católica também teve participação dos nativos que se converteram e difundiam ainda mais a religião católica.

Já para os filhos dos colonizadores essa escola tinha um caráter elitista, que expandia para além dos rudimentos da leitura e escrita da escola elementar. Os Jesuítas instruíam os filhos da elite com fins lucrativos.

Dentro desse objetivo eles projetam o Ratio Studiorum que é organizado e consolidado de 1570 até 1759, um plano elitista, universalista e capaz de uniformizar a ação nas escolas, além de atender a diversidade de interesses e capacidades, no ensino da cultura de Portugal na doutrina cristã, além do ensino de ler e escrever e tendo o canto como opcional. Essa teoria se baseava no Tomismo, articulado entre filosofia de Aristóteles e sistematizado pelo filósofo Tomas de Aquino, que tinha uma visão de que “o homem é concebido com essência universal e imutável e cabe a educação moldar a existência particular e real de cada educando”. (Silva Neto, 2010).

Ainda sobre o Ratio Studiorum, eram uma estratégia para garantir a organização das atividades pedagógicas da companhia de Jesus. O plano começava com o curso de humanidades com duração de seis anos, e prosseguia com filosofia e teologia que era limitado a formação dos padres.

Em 1555 o Dom Diogo rei do Congo proíbe os súditos de estudarem em escolas Jesuítas.

A cia de Jesus é expulsa em 1759, pelo seguinte motivo:

“...são um empecilho na conservação da unidade cristã e da sociedade civil porque era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo” (pg.141)

O período que se segue é o Pombalismo (1759- 1792) suas reformas se contrapõem ao predomínio de ideias religiosas na educação, traz em si o diferencial

de ter objetivo de uma educação laica, inspiradas no iluminismo, e com uma tendência modernizante. Essas ideias foram levadas a efeito por Sebastião José de Carvalho e Melo o Marquês de Pombal.

A educação pombalina tem alguns marcos na história de Angola: Ele torna a educação laica, institui a lei da educação pública e a providência do Estado na educação. Além disso, em 1772 introduz as aulas régias, pelo subsídio literário, imposto para a manutenção do ensino; Pombal traçou novos objetivos educacionais como abrir conteúdo do ensino para ciências experimentais, tornando-o prático e com ele também foram introduzidas aulas de geometria e fortificação.

Porém para os nativos a formação era limitada aos ofícios rudimentares: pedreiro, sapateiro, ferreiro, alfaiates, e ficou marcado que para estes as reformas da educação nada representaram.

Essa reforma representava os interesses de D. Maria I rainha de Portugal implantar na colônia a ordem social que se pretendia ter em Portugal, refletindo submissão ao reino e tendo seus reflexos na educação.

O período da educação Joanina (1792 até 1845) se segue e seus marcos se referem às marcas sociais como a submissão da maioria negra com relação à branca, e o século XIX se iniciando com o estabelecimento da República de Portugal e sua instabilidade política. Havia a disputa pelo monopólio comercial, abertura dos portos em 1808 e a busca da classe média pelo liberalismo econômico e político baseando-se na ideologia burguesa.

Na província após saída da família real em 1807 para o Brasil, aconteceram reflexos na colônia, ocorreu o desenvolvimento da abolição dos escravos e a criação da primeira escola oficial de ensino primário em Benguela. Houve a promoção do

ensino secundário e superior em detrimento a instrução primária. Os decretos do Ministro Rodrigo da Fonseca, regulamentando a instrução primária e criando o Conselho Superior da Instrução Pública, neste decreto ficou clara a gratuidade deste grau de ensino em escolas públicas, além da expansão do cristianismo.

O Período Falcão e Rebelo Silva (1845 até 1926) é o seguinte, e neste ocorrem alguns marcos históricos valiosos para a educação. Em 1845 ocorre a organização do ensino primário, João José Falcão decreta essa organização nas colônias, e nessa altura se organizou o ensino publico , e um conselho inspetor para cada colônia. Rebelo Silva, então complementa esse decreto do Ministro já citado dividindo o ensino em primário, secundário e superior e regulamenta a atividade dos professores.

Em 1870 o sistema volta a apoiar as missões católicas, e 1878 é marcado pela participação das igrejas protestantes na educação. Essa igreja se apresentou de outro modo iniciando uma valorização ao nativo, já que defendia a necessidade de se utilizar as línguas nativas nos cultos.

Essas igrejas eram oriundas de países como Grã Bretanha, Estados Unidos e Canada e viam em Angola uma grande região a ser evangelizada. Sua atuação se deu de modo diferente da igreja católica, já que tinham formação em nível superior além de Teologia.

Iniciaram o ensino bíblico aos domingos, nas escolas dominicais e posteriormente passaram a preocupar-se com a educação infantil, primária, secundária, normal, bíblica, técnica rudimentar e profissional. Eles educavam para a fé mas também tinham preocupação em dar expressão aos valores da vida cristã. E

“temas como liberdade, democracia, responsabilidade e êxito começaram a ser discutidos amplamente” (pg.151).

Os protestantes com suas missões realizaram um trabalho importante na área de educação e assistência social em Angola. Também foram responsáveis por elaborarem estudos sobre a forma de vida dos nativos. A chegada progressiva de protestantes com seus líderes para diferentes missões foram marcantes para a melhoria da educação, já que eles eram independentes e não prejudicavam a soberania do Estado, porém eram fiscalizados para que o ensino se desse em português.

Nos anos e décadas que se seguiram de acordo com o interesse dos governos novas leis e regulamentações foram sendo organizadas para articular os interesses do colonizador em Angola e também continuar com o projeto de conversão do nativo a fé católica.

Em 1905, um decreto regulamentou a educação em Angola por 22 anos. Já em 1911, Jaime de Moraes apresenta seu decreto de reorganização do ensino superior. Em outubro de 1912 pela postura nº 1107, foi criado e regulamentado o ensino elementar profissional, também foram criadas as escolas elementares profissionais femininas do Estado, que visavam preparar as meninas do meio rural para educação familiar. Portaria essa que também incluiu o ensino elementar profissional para meninos no ano de 1914, em Luanda anexo a Casa Pia, escola de carpintaria, alfaiataria, sapataria e pintura de automóveis.

No ano de 1927, o foram estabelecidas por lei, escolas infantis, o ensino primário é reorganizado em moldes modernos. Já estavam no período Salazarista, líder do Estado facista, Oliveira Salazar e Marcelo Caetano tinham em seu governo

influência das missões católicas, que sempre predominaram com relação ao protestantismo, eles eram instrumentos da colônia e dos seus interesses.

Após 1929, a presença dos negros nativos nos colégios e liceus em algumas províncias de Angola já se tornava perceptível, mas eram um número bem inferior com relação a etnia branca e dos mestiços.

As escolas profissionais eram no total 14, e funcionavam em regime de semi-internato para ambos os sexos. Nessas escolas eram ensinados ofícios manuais e os alunos recebiam auxílio alimentação e vestiário para frequentarem a escola.

Uma nova missão protestante se iniciou no ano de 1938 em Angola, Fila-africana de Kaluquenque, esses por sua vez iniciaram uma valorização do ensino profissional.

Portugal celebrou em maio de 1940 o Acordo Missionário com Santa Sé, que veio a garantir a expansão do ensino em Angola.

“Na década de 50, os nativos de Angola começaram a ter mais acesso ao ensino, aumentando o número de crianças nativas em escolas do Estado”. (pg.160)

Os nativos em sua natureza eram 99% analfabetos. O ensino era de baixa qualidade e não atendia a demanda dos angolanos. Havia escolas de adaptação para evangelização das crianças, que pretendiam que o conhecimento dado a elas fossem dissipados, mas suas necessidades não eram atendidas, e os Liceus tinham uma localização nas grandes cidades o que não permitia que se deslocassem para frequentar as aulas. Uma educação aquém da realidade que reproduzia as diferenças sociais entre colonizadores e nativos e criavam preconceitos e desigualdades entre os nativos. Numa prática de assimilação para fins políticos de

submissão e controle, conversão do povo para tornar obrigatória a prática da religião.

Na década de 60, se inicia no país os movimentos para a sua independência política. Devido ao início das lutas no ano de 1961 as escolas encerram suas atividades escolares, devido a ação militar e o movimento nacionalista. Em meio a essas lutas, os nativos obrigam o governo a criarem o Ensino superior na colônia, e o secretário Amadeu Castilho Soares, em uma manobra estratégica neocolonialista realiza o pedido do povo. Neste mesmo ano se implementou o programa de escolarização do meio rural, e as primeiras escolas de magistério de Silva Porto e Malanje, além das escolas metropolitanas para formação de professores primários.

“Nesse período o ensino apresentava os seguintes níveis: infantil e primário, primário e elementar, profissional ( artes e ofício), secundário (liceu e técnico), médio e superior e ensino religioso.”

Após a conquista da independência, o país ficou com inúmeros problemas sociais, sobretudo com relação a educação. As estatísticas indicavam que 1/3 da população adulta era analfabeta. Não havia 2/3 da população com idade escolar não estava fora da escola.

Em 1977 foi aprovado o Plano Nacional de Ação para a Educação de Todos, que constavam as seguintes matérias “alfabetização de crianças e adultos, aumento da rede de ensino, formação e aperfeiçoamento dos docentes.”

Com apoio de Cuba, professores cubanos lecionavam no ensino secundário, médio e superior. E além dos professores atuando em Angola, alguns estudantes foram para a Ilha da Juventude cerca de 1200 crianças e adolescentes do primeiro grau receberam bolsa de estudos e foram para Cuba receber o ensino. Houve também uma cooperação porém menor de outros países que também enviaram

professores sendo oriundos do leste Europeu: União Soviética, Bulgária, Hungria, ex Alemanha Democrática e outros, que ministravam aulas do ensino médio em Angola.

No pós-guerra, o plano de educação estimulava vínculos família, sociedade e escola, e buscava abranger toda população angolana e o seu objetivo primordial era diminuir o número de analfabetos e elevar o nível cultural e técnico do país.

Foram organizadas aulas nas fábricas, quartéis, bairros para vencer essa barreira do analfabetismo. Porém ficou comprovado que uma grande barreira para a alfabetização se tratava do uso das línguas nativas. Então em 1987 o governo regulamenta o ensino das línguas nacionais para sua preservação e promoção. Nesse mesmo ano é fundado o “Instituto Nacional de Línguas para o qual competia criar alfabetos destinados as línguas nacionais sem escrita”. (NETO, pg. 199).

## **CAPÍTULO 7**

### **EDUCAÇÃO E CULTURA PÓS GUERRA CIVIL**

A guerra impediu em grande parte, o avanço do sistema educação angolano, sua infra-estrutura e formação de professores. E fica claro na história de Angola que interesses políticos foram fatores determinantes para a adequação do sistema educacional desde o período colonial.

Desavenças político-partidárias e opções políticas de fatores internos e externos dos país foram delineando o interesse das classes dirigentes. E esses aspectos foram criando obstáculos ao desenvolvimento da educação e política da sociedade angolana.

A política adotada pelo Estado e seu interesse em relação ao ensino e crescimento econômico, criou lacunas ainda hoje não superadas, já que não há uma educação em prol do reconhecimento da dignidade humana, da liberdade do pensamento e política dentro do país.

Em 1976, a organização do sistema educacional foi modificada, para mudança de características herdadas do colonialismo português: “Classificado como ineficiente, limitado e em termos culturais mais voltado ao domínio cultural de Portugal “ ( Nguluve, 2006, pg. 78)

Não havia em Angola professores formados com qualidade, material didático suficiente, programa eficiente para formação de novos professores e um currículo que atendesse as demandas da população para construção do pensamento e criticidade da sociedade estabelecida. Havia urgência em se combater essa situação, para além do analfabetismo que sempre apresentou altas taxas no país. O

ensino se limitava ao português de forma limitada, e de outras disciplinas, mas sem domínio dos professores que não possuíam formação adequada. Eram necessárias medidas urgentes para superação dessa situação, que não contribuía para se solidificar uma nova opção política.

O MPLA com o poder em mãos, procura organizar uma política educativa como forma de responder as necessidades do país no ano de 1978, para consolidação da independência Nacional. Esta política é caracterizada pelos princípios de igualdade de oportunidades, gratuidade e acesso a escola.

O decreto nº40/80 de 1978 contemplava o ensino nas seguintes etapas, como cita Nguluve:

Educação pré escolar;

Ensino básico de 3 níveis: primeiro: da 1º até à 4ª classe;

Segundo: da 5º até à 6ª classe;

Terceiro: da 7º até à 8ª classe;

Ensino Médio (técnico e normal);

Ensino Superior (bacharelado até o terceiro ano; licenciatura até o 4º ou 5º ano);

Ensino e alfabetização de jovens e adultos;

Os princípios da obrigatoriedade e gratuidade estavam restritos a frequência no nível de ensino de base. E o sistema educativo era massificado, tendo um aumento chegando a 1,8 milhões de alunos em 1980. Essa massificação refletiu em respostas negativas ao Estado sendo elas consideradas: maior concentração de alunos por turma; dificuldades de estrutura física, material e da gestão pedagógica; altas taxas de evasão e repetência e baixo nível acadêmico dos professores.

Essa nova reforma tenta seguir rumo e metodologia diferentes, A ideia se baseou num anteprojeto da Lei de Bases do Sistema de Educação que contou com a contribuição de pareceres a partir de um ponto de vista administrativo, econômico,

social e cultural do currículo escolar. Pensando a educação com uma visão multipartidária.

A reforma educacional, como destaca A Lei de Bases do Sistema Educacional está descreve sobre seus objetivos diminuir o analfabetismo no país e aumentar o nível cultural da população, além da sua laicidade, a gratuidade no nível primário, subsistema e subsistema pra adultos, sua obrigatoriedade e a exigência do ensino ser ministrado em português, seu sistema, sua estrutura, sua democraticidade para todos os cidadãos. Em seu primeiro artigo onde define o conceito de educação e diz:

“A educação constitui um processo que visa preparar o indivíduo para as exigências da vida política, económica e social do País e que se desenvolve na convivência humana, no círculo familiar, nas relações de trabalho, nas instituições de ensino e de investigação científico - técnica, nos órgãos de comunicação social, nas organizações comunitárias, nas organizações filantrópicas e religiosas e através de manifestações culturais e desportivas.” (LBSE, 2001)

A educação pré-escolar engloba creche e jardim da infância, sendo a base da educação, cuidando da primeira infância em que a criança deve ter estímulos e desenvolvimento psicomotor.

Para os jovens o Ensino geral é dividido em duas etapas: Primário (1º à 6º classe) e secundário ( 7º à 9º classe e 10º a 12º ou 13º classe) onde inicia a formação profissional, para exercício de uma profissão ou especialidade.

O subsistema da educação de adultos previsto na LBSE (2001) pretende alfabetizar jovens e adultos, aumentando níveis de conhecimentos gerais mediante a eliminação do analfetismo basicamente.

A Preparação para Implementação começou em 2002/2012, dando condições que possam assegurar o funcionamento de seus pressupostos, adequando o sistema administrativo e gestão de ensino, reprodução e distribuição de novos currículos, formação docente e gestores escolares além da construção de estruturas

escolares. Tudo corroborando para que o país possa ter uma estrutura de formação de pessoas para atender as necessidades do mercado de trabalho, considerando que a produção do país não atende as demandas.

Fase de experimentação seguiu de 2004/2019 período de experimentação e Avaliação, segundo o Ministério da Educação consiste na aplicação dos currículos produzidos.

A avaliação representa a terceira fase e consiste na experimentação e correção do sistema.

Essas atividades visam atender elaboração, edicação e aquisição de materiais e livros escolares, de equipamentos, mobiliário escolar, reabilitação de estruturas e capacitação e professores no uso dos novos programas escolares.

Entre 2006/2011 foi a fase de generalização, na qual foram aplicados os currículos em todo país de maneira progressiva.

A avaliação global se iniciou em 2012 e se procederá até 2015. Nesta avaliação os currículos serão analisados, englobando também o processo de ensino aprendizagem, corpo docente, discente, administração e gestão e os recursos materiais.

Depois que o novo governo se estabeleceu, e as primeiras eleições elegeram o atual presidente da república, José Eduardo Santos, Angola assume a política da economia de mercado (capitalismo) e nessa abordagem os ideais da educação e sua formação tem como objetivo preparar mão de obra qualificada permitindo lucros e o ensino torna-se importante para manutenção da força de trabalho especializada.

Nesse aspecto o capitalismo explicita a seguinte idéia marxista:

“ o marxismo tem como princípio o papel do trabalho na transformação social e o pleno desenvolvimento humano.” (Ferreira Jr., Bittar, M., 2008)

Por esse motivo Angola passou a refletir sobre o sistema educativo e a importância da educação na manutenção do seu sistema político e nos meios de produção. A Educação é uma forma de legitimação do discurso de crescimento e desenvolvimento do país.

Contudo, Angola ainda caminha com deficiência, tentando garantir o direito e legitimidade da educação do povo,. Ainda não existe uma sistema que oferece uma formação completa ao nativo, e o sistema existente não é efetivo, servindo de aparelho ideológico para contribuir com os ideais do governo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa elucidou a respeito de várias questões além do ponto de curiosidade inicial. Possibilitou entender o real motivo para o início da Guerra Civil e entender, que interesses econômicos externos, levaram um país inteiro ao chão, após um longo processo de colonização que devastou sua cultura e desfrancizou um número indescritível de nativos.

Desde a chegada dos navegadores no século XV, a cultura de Angola foi bombardeada e destruída, seu povo ficou devastado, ao ser subjugado e escravizado pelo colonizador Português. E sua independência representou não a liberdade e democracia, mas trouxe a guerra, e a imposição de outras ideologias e um sistema econômico que não foi capaz de reestabelecer a qualidade de vida do povo como acontecia anteriormente a este período.

O papel da educação nesse contexto, tem um caráter de aculturação, primeiro pelo colonizador, depois pela igreja católica, em seguida pelos missionários Protestantes e até hoje, demonstra ser uma grande ferramenta de ideologias que dilaceram o povo.

Existe ainda um longo caminho para que o país consiga se estabelecer como um país desenvolvido, e que participe ativamente da economia mundial, com um papel ativo e destacado, já que possui recursos para isso. Infelizmente sua política e sociedade civil são fracas, e não tem ainda condição de se superar.

O fim do conflito armado, trouxe uma paz punitiva, o povo ainda vive em flagelos, causados pela pobreza, falta de estrutura material e física, fome, e estão sujeitos a inúmeras doenças e falta de condições básicas como moradia, saneamento básico e proteção. E quanto aos mutilados, já que o país possui o maior

índice no mundo, o que é feito a respeito das estruturas físicas de acessibilidade e até mesmo ao que se refere a oferecimento de próteses para que eles possam ter uma vida normal. Essas e outras questões vão surgindo na medida em que vamos trabalhando neste tema.

Essa pesquisa apenas abre caminhos já que outras questões surgem, e precisam ser analisadas com profundidade, como por exemplo as questões a respeito das eleições para presidência no país, e a veracidade das estatísticas e contagem de voto, já que no contexto do pós guerra, grande parte da população não possui sequer documento que comprove sua identidade para votação. Para além é necessário analisar a participação dos países que atuam na reconstrução do país, e o preparo da mão de obra, considerando que não existe mão de obra qualificada no país, então dúvidas em relação ao oferecimento de vagas ao nativo é questionável.

Embora a pesquisa tenha tentado exercer um papel esclarecedor levantou outras questões e críticas que ficam ocultas, mas que em uma leitura analítica, com olhar filosófico, não permaneceram em um espaço abstrato.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NETO, Teresa da Silva Neto. História da Educação e Cultura de Angola: Grupos Nativos, Colonização e a Independência. Campinas, S.P, Zaina Editores, 2010.

NGULUVE, Alberto Kapilongo. Política Educacional de Angola (1976 – 2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação USP, São Paulo, 2010.

JOVER, Estefanía, PINTO, Anthony Lopes, MARCHAND, Alexandra. Perfil do Sector Privado do País, Angola, African Development Bank, African Development Fund. 2012.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. Educação na perspectiva Marxista: Uma Abordagem Baseada em Marx e Gramsci. Interface – Comunicação, Educação e Saúde, V.12 n.26 p.635-46, jul/set. 2008

ADORNO, T. W. A educação após Auschwitz. In: COHN, G. (org.). Adorno. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, s/d.

HOBBSBAWN, E. Era dos extremos. O breve século XX - 1914, 1991. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

REPÚBLICA DE ANGOLA, COMUNIDADE EUROPÉIA. Documento de Estratégia para o País e o Programa Indicativo Nacional para o Período (2008-2013). Luanda, 2008.

DIÁRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA. Lei série nº 65, Lei de Bases do Sistema de Educação nº13/01. Luanda, 2001.

ACORDO DE ALVOR. Universidade de Coimbra. Centro de Documentação. 1975.